

Itaguaçu da Bahia
Energias Renováveis S.A.

Demonstrações financeiras
do exercício findo
em 31 de dezembro de 2018

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as Demonstrações financeiras	3
Balancos patrimoniais	7
Demonstrações de resultado	8
Demonstrações de resultado abrangente	9
Demonstrações da mutação do patrimônio líquido	10
Demonstrações dos fluxos de caixa	11
Notas explicativas às Demonstrações financeiras	12





Maciel Auditores, uma sociedade simples, brasileira e firma membro do Grupo Maciel@.

Maciel Auditores, uma sociedade simples, brasileira e firma membro do Grupo Maciel@.

RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTES SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos Acionistas da
ITAGUAÇU DA BAHIA ENERGIAS RENOVÁVEIS S.A.
Rio de Janeiro - RJ

Opinião

Examinamos as demonstrações contábeis da Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. ("Sociedade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2018 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira da Sociedade em 31 de dezembro de 2018, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

Base para opinião

Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria. Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir intitulada "Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião.

Ênfases

Continuidade Operacional

Chamamos à atenção às demonstrações contábeis da Sociedade que apresentam Prejuízo Acumulado no montante de R\$ 38.068 e passivo a descoberto no montante de R\$ 13.315. Considerando esse contexto, juntamente com os assuntos descritos na Nota 1.1 referente ao atraso do projeto de implantação do Complexo em função do processo de recuperação judicial da WPE (IMPISA), nos indica incerteza relevante sobre sua capacidade financeira perante as obrigações contratuais para manutenção de sua continuidade operacional. Cabe ressaltar que, em 08 de maio de 2017, houve êxito no Mecanismo inscrito pela Sociedade e Furnas, ficando com 100% de sua energia leiloadada descontratada. Além disso, foram iniciadas as medições certificadas de radiação solar (incidência de raios solares) no site do Complexo com o objetivo de confirmar a possibilidade de desenvolvimento de um projeto de geração fotovoltaica no site,

associado à geração eólica. Desta forma alavancaria o potencial de geração de energia por fontes renováveis no site, ampliando a taxa interna de retorno do projeto como um todo, já que ambas as fontes de energia utilizariam a mesma infraestrutura de elevação, subestação e transmissão. No início de 2018, a participação de 49% de FURNAS na Sociedade foi cedida para BVE - Brasil Ventos Energia S.A., subsidiária integral de FURNAS, para construção e operação de geração de energias renováveis e, em 14 de dezembro de 2018, através da ata de Reunião do Conselho de Administração, foi aprovada a transferência desta participação de FURNAS através de contrato de cessão não onerosa das ações para sua subsidiária integral Brasil Ventos Energia S.A. – BVE, ficando esta com 98% das ações da Sociedade. Essa movimentação societária faz parte de um projeto de reorganização societária das empresas de propósito específico de geração eólica pertencentes a FURNAS e cujo objetivo é proporcionar maior eficiência e otimização na gestão administrativa destas empresas com consequente redução de custos dos processos operacionais. Com a incorporação, as Sociedades Geradoras deixarão de existir juridicamente e terão todos os seus direitos e obrigações transferidos para a Sociedade. Assim, a operação entra em regime de gestão como *green field*, adotando-se apenas a manutenção das obrigações sobre a área do parque, projetos e licenças ambientais e medição certificada dos ventos e da radiação solar. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Apresentação dos saldos consolidados

Chamamos à atenção às demonstrações contábeis da Sociedade, que apresentam saldos consolidados em 31 de dezembro de 2018 em comparação a 31 de dezembro de 2017, com o objetivo de apresentar a comparabilidade desses ainda que tenha havido a incorporação das investidas da Sociedade ocorrida em 14 de dezembro de 2018 e aprovada em ata da Assembleia Geral Extraordinária – AGE no dia 21 de dezembro de 2018, conforme mencionado nas Nota 1 e Nota 13. Uma vez que em 31 de dezembro de 2018 não há mais que se apresentar saldos consolidados, considerando que a incorporação fora concluída para fins de apresentação das demonstrações contábeis, nossa opinião se refere aos saldos individuais da Sociedade. Nossa conclusão não contém ressalva em relação a esse assunto.

Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório do auditor

A Administração da Sociedade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração, cuja expectativa de recebimento é posterior à data deste relatório.

Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório.

Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração, quando ele nos for disponibilizado, e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com o nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante.



Se, com base no trabalho realizado, concluirmos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito.

Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais.
- Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas, não, com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade.

- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração.
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Sociedade. Se concluirmos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Sociedade a não mais se manter em continuidade operacional.
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Rio de Janeiro, 25 de janeiro de 2019.



MACIEL AUDITORES S/S
2CRC RS 5.460/O-0 – T – SP
LUCIANO GOMES DOS SANTOS
1CRC RS 059.628/O-2
Sócio Responsável Técnico

Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.
 Demonstrações financeiras do exercício findo em
 31 de dezembro de 2018

BALANÇOS PATRIMONIAIS
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 e DEZEMBRO 2017
 (Em milhares de Reais)

	Notas	Controladora		Consolidado			Notas	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017			31/12/2018	31/12/2017		
Ativo						Passivo					
Circulante						Circulante					
Caixa e equivalentes de caixa	4	338	78	338	104	Fornecedores	9	126	142	126	684
Despesas antecipadas		-	-	-	37	Obrigações - folha de pagto.		211	309	211	309
Outros créditos		121	95	121	95	Tributos e contribuições a recolher		14	14	14	29
Tributos a compensar		363	322	363	360			351	465	351	1.022
		<u>822</u>	<u>495</u>	<u>822</u>	<u>596</u>						
Não circulante						Não circulante					
Coligadas e Controladas	5	-	75.113	-	-	Adiantamento para futuro aumento de capital	10a	79.142	75.649	79.142	75.649
Créditos a receber		-	-	-	1	Contrato de cessão de direitos	10b	5.603	-	5.603	5.325
Despesas antecipadas		-	-	-	-	Provisão para passivo a descoberto	6	-	789	-	-
		<u>-</u>	<u>75.113</u>	<u>-</u>	<u>1</u>	Provisão multa Aneel	11	9.608	-	9.608	-
						Retenção contratual		14	-	14	14
								<u>94.367</u>	<u>76.438</u>	<u>94.367</u>	<u>80.988</u>
Investimento	6	-	-	-	-	Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)					
Imobilizado	7	6.156	4	6.156	5.974	Capital social	12	27.137	27.137	27.137	27.137
Intangível	8	74.425	-	74.425	74.148	(-)Capital a Integralizar		(2.384)	(2.384)	(2.384)	(2.384)
		<u>80.581</u>	<u>4</u>	<u>80.581</u>	<u>80.122</u>	Prejuízo acumulado		(38.068)	(26.044)	(38.068)	(26.044)
						Total do patrimônio líquido		<u>(13.315)</u>	<u>(1.291)</u>	<u>(13.315)</u>	<u>(1.291)</u>
Total do Ativo		<u>81.403</u>	<u>75.612</u>	<u>81.403</u>	<u>80.719</u>	Total do Passivo e Patrimônio Líquido		<u>81.403</u>	<u>75.612</u>	<u>81.403</u>	<u>80.719</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO PARA O EXERCÍCIO FINDO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

Notas	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Despesas operacionais				
Gerais e administrativas	(1.493)	(372)	(1.493)	(3.349)
Pessoal	(815)	(83)	(815)	(1.758)
Administradores	(678)	(289)	(678)	(1.591)
Material	(25)	(6)	(25)	(53)
Serviço de Terceiros	(665)	(217)	(665)	(1.623)
Recuperação de despesas e outros	85	(89)	85	(434)
Depreciação	-	-	-	(9)
Resultado de equivalência patrimonial	-	141.992	-	-
Outras receitas - reversão contrato Oneroso	-	-	-	68.826
Outras receitas - reversão Impairment	-	-	-	91.628
Provisão para Impairment	-	-	-	(13.665)
Provisão multa ANEEL	-	-	-	-
Prejuízo operacional antes dos efeitos financeiros	<u>(2.098)</u>	<u>141.308</u>	<u>(2.098)</u>	<u>141.321</u>
Receitas financeiras	22	164	22	164
Despesas financeiras	<u>(149)</u>	<u>(34)</u>	<u>(149)</u>	<u>(47)</u>
	(127)	130	(127)	117
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u><u>(2.225)</u></u>	<u><u>141.438</u></u>	<u><u>(2.225)</u></u>	<u><u>141.438</u></u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



DEMONSTRAÇÃO DE RESULTADO ABRANGENTE O EXERCÍCIO FINDO
EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
(Em milhares de Reais)

	<u>Controladora</u>		<u>Consolidado</u>	
	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>	<u>31/12/2018</u>	<u>31/12/2017</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(2.225)</u>	<u>141.438</u>	<u>(2.225)</u>	<u>141.438</u>
Lucro/(Prejuízo) líquido do exercício	<u>(2.225)</u>	<u>141.438</u>	<u>(2.225)</u>	<u>141.438</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.
 Demonstrações financeiras do exercício findo em
 31 de dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÕES DA MUTAÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO DO EXERCÍCIO FINDO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

	Capital social	Capital a Integralizar	Prejuízo acumulado	Total
Saldo em 31 de dezembro de 2016	<u>27.137</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(167.482)</u>	<u>(142.729)</u>
Resultado do exercício	-	-	141.438	141.438
Saldo em 31 de dezembro de 2017	<u>27.137</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(26.044)</u>	<u>(1.291)</u>
Resultado da Incorporação das SPEs	-	-	(9.799)	(9.799)
Resultado do exercício	-	-	(2.225)	(2.225)
Saldo em 31 de dezembro de 2018	<u>27.137</u>	<u>(2.384)</u>	<u>(38.068)</u>	<u>(13.315)</u>

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A.
 Demonstrações financeiras do exercício findo em
 31 de dezembro de 2018

DEMONSTRAÇÕES DOS FLUXOS DE CAIXA DO EXERCÍCIO FINDO
 EM 31 DE DEZEMBRO DE 2018 E 2017
 (Em milhares de Reais)

	Nota	Controladora		Consolidado	
		31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Lucro (Prejuízo) do exercício		(2.225)	141.438	(2.225)	141.438
Ajustados por:					
Depreciação e amortização		-	-	-	8
Equivalência patrimonial		-	(141.992)	-	-
Reversão contrato Oneroso		-	-	-	(68.826)
Reversão Impairment		-	-	-	(91.628)
Provisão para Impairment		-	-	-	13.665
Lucro (Prejuízo) do exercício ajustado		(2.225)	(554)	(2.225)	(5.343)
Redução (Aumento) dos ativos					
Despesas antecipadas		-	-	37	49
Outros créditos		(26)	(64)	(26)	(64)
Tributos a compensar		(41)	(7)	(3)	(7)
Caixa Líquido de transferencia de Ações					
Aumento (Redução) dos passivos					
Fornecedores		(16)	101	(558)	584
Obrigações estimadas		(98)	(52)	(98)	(52)
Tributos e contribuições a recolher		-	(84)	(15)	(89)
Contrato de cessão de direitos	10b	5.603	-	1	2
Incorporação provisão do passivo descoberto	6	(789)	-	-	-
Incorporação provisão da multa ANEEL	11	9.608	-	9.608	-
Incorporação retenção contratual		14	-	-	-
Incorporação resultado das SPEs		(9.799)	-	(9.799)	-
Caixa líquido (utilizado nas) gerado pelas atividades operacionais		2.231	(660)	(3.077)	(4.920)
Fluxo de caixa das atividades de investimento					
Aquisição de imobilizado	7	(6.152)	1	(182)	(1.698)
Aquisição de intangível	8	(74.425)	-	-	-
Adiantamento para futuro aumento de capital das SPE's	5	75.113	(5.931)	-	-
Caixa líquido utilizado nas atividades de investimento		(5.464)	(5.930)	(182)	(1.698)
Fluxo de caixa das atividades de financiamento					
Adiantamento para futuro aumento de capital	10a	3.493	5.779	3.493	5.779
Caixa líquido utilizado nas atividades de financiamento		3.493	5.779	3.493	5.779
Aumento/(redução) do caixa e equivalentes de caixa		260	(811)	234	(839)
Demonstração da (redução) aumento de caixa e equivalentes de caixa					
Caixa e equivalentes no início do exercício		78	889	104	943
Caixa e equivalentes no final do exercício		338	78	338	104
Aumento/(redução) líquido de caixa		260	(811)	234	(839)

As notas explicativas são parte integrante das demonstrações financeiras.



Notas explicativas às Demonstrações financeiras

(Valores expressos em milhares de Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1 Contexto operacional

A Itaguaçu da Bahia Energias Renováveis S.A. (IBER ou Companhia), uma sociedade anônima de capital fechado, foi constituída em 2 de junho de 2015, a partir da associação de Furnas Centrais Elétricas S.A. com o Salus Fundo de Investimento em Participações e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. para atuar como holding de gestão do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia (Complexo), composto por dez parques eólicos situados no município de Itaguaçu da Bahia no Estado da Bahia.

A IBER tem por objeto social o investimento nas sociedades SPEs Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.; a comercialização de energia produzida por estas empresas; a realização de estudos, projetos, comissionamento e testes; operação e manutenção; gerenciamento e supervisão, incluindo a contratação de terceiros; a participação em projetos de geração de energia de fonte renovável, tais como solar, eólica, e de biomassa, todas localizadas no município de Itaguaçu da Bahia, Estado da Bahia.

O projeto do Complexo está dimensionado para 280 MW de potência instalada, o qual comercializou no Leilão 10/2013 A-5 de 2013, um total de 125,6 MW médios, com contratos para entrega de energia no Ambiente de Contratação Regulado (ACR) por 20 anos, a partir de maio de 2018. A previsão de instalação do projeto é 140 aerogeradores de potência nominal de 2 MW e deverá ser implantada uma rede de distribuição de 34,5kV, interligando os parques eólicos a duas subestações de elevação compartilhadas de 34,5kV para 230kV, utilizando-se de uma linha de transmissão de 230kV, com cerca de 36km de extensão ligando o Complexo ao Sistema Interligado Nacional através da futura subestação denominada Gentio do Ouro II, também no Estado da Bahia.

As atividades da IBER se iniciaram em agosto de 2015, sendo que os aportes iniciais de capital para constituição ocorreram em 2 de junho de 2015 por todos os sócios. Em 31 de dezembro de 2018, o capital social autorizado da IBER é de R\$ 630 milhões.

Na data de 06 de agosto de 2015 foi assinado Contrato de Compra e Venda de Ações e Outras Avenças, por meio do qual o acionista FIP Salus – Fundo de Investimento vende suas cotas para o acionista Furnas Centrais Elétricas S.A. de acordo com o item 10.17.1 do Acordo de Acionistas. Este documento passou pela análise do CADE – Conselho Administrativo de Defesa Econômica e foi aprovado em 14/09/2015 e publicado no DOU em 15/09/2015. O processo foi protocolado na SEST – Secretaria de Governança e Coordenação das Empresas Estatais, que anuiu com a compra em comento, conforme registrado na Nota Técnica 11.222 de 21 de setembro de 2018.



Todo o projeto do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia foi impactado pela falta de definição do fornecedor dos aerogeradores. Para fins de participação no Leilão 10/2013 A-5 de 2013, FURNAS, na qualidade de líder do consórcio, assinou pré-contrato de fornecimento, seguro, montagem, supervisão de montagem, testes de fábrica e campo, comissionamento, operação e manutenção dos aerogeradores com a WPE (IMPISA). Entretanto, em 23 de março de 2015, a WPE (IMPISA) entrou em processo de recuperação judicial, comprometendo o fornecimento dos aerogeradores para o Parque Eólico.

Conforme decisão do Conselho de Administração das SPE's em reunião realizada no dia 27/08/2015 (Parecer Jurídico e carta SP.N.E.012.2015 - Superintendência de Gestão de Negócios e de Participações da DN – Diretoria de Gestão de Novos Negócios de Participações de FURNAS), foi definido iniciar o processo de contratação do fornecedor substituto de aerogeradores. A administração elaborou os Editais de concorrência pública, em conformidade com a lei 8.666/93 através dos processos licitatórios CO.IBER.001.2015 lançado no final de 2015, e CO.IBER.001.2016, mas não logrou êxito na contratação dos aerogeradores.

Em 2016 o mercado de energia operava em sobrecontratação de energia elétrica. O Mecanismo de Compensação de Sobras e déficits “MCSD”, cujas diretrizes foram estabelecidas pelas resoluções normativas nº 693/2015 e 727/2016, se configurou como uma medida do governo para minimizar o problema de sobra de energia nova do País, permitindo aos agentes que comercializaram energia no Ambiente Regulado descontratassem seus montantes totais ou parciais de energia vendida por meio de leilão promovido pela Agência Nacional de Energia Elétrica – ANEEL.

Este fato foi amplamente discutido com o Conselho de Administração da IBER e FURNAS. Considerando que o projeto de implantação do Complexo estava atrasado em função do processo de recuperação judicial da WPE (IMPISA), o Conselho de Administração de FURNAS aprovou a inscrição dos Parques Eólicos do Complexo de Itaguaçu da Bahia no Mecanismo (MCSD EN A4+), determinando que fossem tomadas todas as providências necessárias à participação. Em 08/05/2017, as Sociedades procederam com a inscrição dos Parques Eólicos no referido mecanismo e em 29/05/2017 foi divulgado o resultado Final MCSD Energia Nova A4+, por meio de Comunicado CCEE nº 287/17, onde os empreendimentos tiveram êxito no certame ficando com 100% de sua energia descontratada.

Em 2017 ainda, foram iniciadas as medições certificadas de radiação solar (incidência de raios solares) no Complexo Itaguaçu da Bahia com o objetivo de confirmar a possibilidade de desenvolvimento de um projeto de geração fotovoltaica no site, associado à geração eólica. Desta forma alavancaria o potencial de geração de energia por fontes renováveis no site, ampliando a taxa interna de retorno do projeto como um todo, já que ambas as fontes de energia utilizariam a mesma infraestrutura de elevação, subestação e transmissão.

No início de 2018 a participação de 49% de FURNAS na IBER foi cedida para BVE - Brasil Ventos Energia S.A., sociedade Holding, subsidiária integral de FURNAS para construção e operação de geração de energias renováveis.

Conforme Nota Técnica nº 11222/2018-MP emitida pela SEST, que aprovou a aquisição do controle acionário da IBER por FURNAS, em 26/11/2018 FURNAS adquiriu 49% da participação do Fundo de Investimento Permanente Salus. Em 14 de dezembro de 2018 o

Conselho de Administração de FURNAS aprovou a transferência dessa participação de FURNAS para sua subsidiária integral Brasil Ventos Energia S.A. – BVE, efetivada por meio da celebração de contrato de cessão não onerosa das ações, ocorrida em 19 de dezembro de 2018. Portanto, em 19/12/2018, a BVE passou a deter 98% das ações da IBER após o registro da transferência, conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base setembro de 2018. Esta movimentação societária faz parte de um projeto de reorganização societária das empresas de propósito específico de geração eólica pertencentes a FURNAS e cujo objetivo é proporcionar maior eficiência e otimização na gestão administrativa destas empresas com consequente redução de custos dos processos operacionais.

Em 12 de dezembro de 2018, o Conselho de Administração da IBER deliberou a incorporação das SPEs Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., na IBER. Em 21 de dezembro de 2018, a ata da Assembleia Geral Extraordinária - AGE aprovou o laudo de avaliação de 30 de setembro de 2018 e a incorporação nesta data. Com a incorporação, as Sociedades Geradoras deixarão de existir juridicamente e terão todos os seus direitos e obrigações transferidos para a IBER.

Desta forma, a IBER, sucessora das Sociedades Geradoras, entra em regime de gestão como *greenfield*, adotando-se apenas a manutenção das obrigações sobre a área do parque, projetos e licenças ambientais e medição certificada dos ventos e da radiação solar. Faz parte dos objetivos futuros da BVE a construção e desenvolvimento do Projeto Itaguaçu da Bahia.

1.1 Aprovação das Demonstrações financeiras

A conclusão e emissão das Demonstrações financeiras da controladora e consolidado, foram aprovadas pela Diretoria da companhia em 25 de janeiro de 2019.

2 Bases de preparação das demonstrações financeiras

As Demonstrações financeiras da Companhia, compreendem:

1) Demonstrações consolidadas

As Demonstrações financeiras consolidadas da Companhia foram elaboradas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

2) Demonstrações financeiras individuais da Controladora

As Demonstrações financeiras individuais da Controladora foram preparadas conforme as práticas contábeis adotadas no Brasil, que compreendem as disposições societária, previstas na Lei nº 6.404/76 com alterações da Lei nº 11.638/07 e Lei nº 11.941/09, e os pronunciamentos contábeis, interpretações e orientações emitidos pelo Conselho Federal de Contabilidade (“CFC”).



a. Base de consolidação

As Demonstrações financeiras consolidadas incluem as informações da IBER e das seguintes controladas integrais:

Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A..

Na elaboração das Demonstrações financeiras consolidadas, foram utilizadas as Demonstrações financeiras das sociedades controladas na mesma data das demonstrações da controladora.

Os saldos e as transações entre as companhias foram eliminados nas Demonstrações financeiras consolidadas.

b. Base de mensuração

As Demonstrações financeiras foram elaboradas com base no custo histórico.

c. Moeda funcional e de apresentação

Essas Demonstrações financeiras individuais e consolidadas são apresentadas em Real, que é a moeda funcional da IBER e suas controladas. Todas as informações financeiras apresentadas em Real foram arredondadas para o milhar mais próximo, exceto quando indicado de outra forma.

d. Uso de estimativas e julgamentos

A preparação das Demonstrações financeiras individuais e consolidadas de acordo com as normas CFC exige que a Administração faça julgamentos, estimativas e premissas que afetam a aplicação de políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, receitas e despesas. Os resultados reais podem divergir dessas estimativas.

3 Principais políticas contábeis

As políticas contábeis e os métodos de cálculo das Demonstrações financeiras descritas em detalhes abaixo foram aplicados de acordo com aquelas que já eram aplicadas na Companhia no exercício findo em 31 de dezembro de 2017, e que foram publicadas em 20/04/2018, na página 18 do Jornal Monitor Mercantil e nas páginas 31 e 32 do Diário Oficial do Estado do Rio de Janeiro, mantendo a uniformidade.

a. Base de consolidação

(i) Controladas

As Demonstrações financeiras de controladas são incluídas nas Demonstrações financeiras consolidadas a partir da data em que o controle se inicia até a data em que o

controle deixa de existir. As políticas contábeis de controladas estão alinhadas com as políticas adotadas pela Companhia.

Nas Demonstrações financeiras individuais, as controladas são avaliadas pelo método de equivalência patrimonial.

(ii) Transações eliminadas na consolidação

Saldos e transações entre as Companhias, e quaisquer receitas ou despesas derivadas destas, são eliminados na preparação das Demonstrações financeiras consolidadas. Ganhos não realizados oriundos de transações com companhias investidas registrado por equivalência patrimonial são eliminados contra o investimento na proporção da participação nas investidas. Prejuízos não realizados são eliminados da mesma maneira como são eliminados os ganhos não realizados, mas somente até o ponto em que não haja evidência de perda por redução ao valor recuperável.

b. Instrumentos financeiros

(i) Ativos financeiros não derivativos

A Companhia deixa de reconhecer um ativo financeiro quando os direitos contratuais aos fluxos de caixa do ativo expiram, ou quando a Companhia cede e transfere os direitos ao recebimento dos fluxos de caixa contratuais sobre um ativo financeiro em uma transação no qual essencialmente todos os riscos e benefícios da titularidade do ativo financeiro são transferidos. Eventual participação que seja criada ou retida pela Companhia nos ativos financeiros são reconhecidos como um ativo ou passivo individual.

Os ativos ou passivos financeiros são compensados e o valor líquido apresentado no balanço patrimonial quando, somente quando, a Companhia tenha o direito legal de compensar os valores e tenha a intenção de liquidar em uma base líquida ou de realizar o ativo e liquidar o passivo simultaneamente.

A Companhia tem os seguintes ativos financeiros não derivativos:

a) Caixa e equivalentes de caixa

Caixa e equivalentes de caixa abrangem saldos de caixa e investimentos financeiros com vencimento original de três meses ou menos a partir da data da contratação, os quais são sujeitos a um risco insignificante de alteração no valor, e são utilizadas na gestão das obrigações de curto prazo. As aplicações financeiras em Certificados de Depósitos Bancários – CDB estão mensuradas ao seu valor justo na data do balanço.

(ii) Passivos financeiros não derivativos

A Companhia reconhece passivos subordinados inicialmente na data em que são originados. Todos os outros passivos financeiros são reconhecidos inicialmente na data de negociação na qual a Companhia se torna uma parte das disposições contratuais do instrumento. A Companhia baixa um passivo financeiro quando tem suas obrigações contratuais retiradas, canceladas ou pagas.



A Companhia tem os seguintes passivos financeiros não derivativos:

a) Fornecedores

Referem-se a serviços necessários às operações da Companhia e suas Controladas, cujos valores são conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos, variações monetárias e/ou cambiais incorridos até a data do balanço.

(iii) Outros ativos e passivos (circulante e não circulante)

a) Reconhecimento e mensuração

Um ativo é reconhecido no balanço patrimonial quando for provável que seus benefícios econômicos futuros serão gerados em favor da Companhia e seu custo ou valor puder ser mensurado com segurança. Um passivo é reconhecido no balanço patrimonial quando a Companhia possui uma obrigação legal ou é constituído como resultado de um evento passado, sendo provável que um recurso econômico seja requerido para liquidá-lo. São acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias ou cambiais incorridos. As provisões são registradas tendo como base as melhores estimativas do risco envolvido. Os ativos e passivos são classificados como circulantes quando sua realização ou liquidação é provável que ocorra nos próximos doze meses. Caso contrário, são demonstrados como não circulantes.

c. Imobilizado

(a) Reconhecimento e mensuração

Itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção. O custo inclui gastos que são diretamente atribuíveis à aquisição de um ativo. Quando partes de um item do imobilizado têm diferentes vidas úteis, elas são registradas como itens individuais (componentes principais) de imobilizado. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

d. Depreciação

A depreciação é calculada sobre o valor depreciável, que é o custo de um ativo, ou outro valor substituto do custo, deduzido do valor residual. A depreciação é reconhecida no resultado baseando-se no método linear com relação às vidas úteis estimadas de cada parte de um item do imobilizado, já que esse método é o que mais perto reflete o padrão de custo de benefícios econômicos futuros incorporados no ativo.

e. Intangível

Refere-se ao custo de software e de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Parque Eólico. É registrado ao custo de aquisição, deduzido da amortização acumulada apurada pelo método linear. São submetidos ao teste de recuperabilidade (*impairment*) quando existirem indícios de possível perda de valor.

f. Avaliação do valor de recuperação do imobilizado e intangível

A Companhia e suas Controladas avaliam periodicamente os bens do imobilizado e intangível com a finalidade de identificar evidências que levem a perdas de valores não recuperáveis da unidade geradora de caixa ou intangíveis, ou, ainda, quando eventos ou

alterações significativas indicarem que o valor contábil possa não ser recuperável. Se identificado que o valor contábil do ativo excede o valor recuperável, essa perda é reconhecida no resultado.

g. Resultado

As atividades da IBER se iniciaram em agosto de 2015, sendo que os aportes iniciais de capital para constituição ocorreram em 2 de julho de 2015 no valor de R\$ 1, divididos por 49% da parte do FIP Salus, de 2% da parte da Casa dos Ventos e 49% da parte de Furnas.

Em 31 de dezembro de 2018 a distribuição do capital social é 98% da parte da Brasil Ventos e de 2% da parte da Casa dos Ventos, conforme os contratos de cessão não onerosa de Furnas com a Brasil Ventos.

3.1 Novas normas e interpretações ainda não adotadas

Uma série de novas normas, alterações de normas e interpretações, resumidas abaixo, serão efetivas para exercícios iniciados após 1º de janeiro de 2019. A Companhia não adotou de forma antecipada essas alterações na preparação destas demonstrações financeiras.

- *IFRS 16 Leases / CPC - Arrendamentos*

O Comitê de Pronunciamentos Contábeis ainda não emitiu pronunciamento contábil ou alteração nos pronunciamentos vigentes correspondentes a todas as novas IFRS. Portanto, a adoção antecipada dessas IFRS não é permitida para entidades que divulgam as suas Demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil.

A administração não espera que estas novas normas ou modificações possam ter um impacto significativo nas demonstrações financeiras.

4 Caixa e equivalentes de caixa

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Caixa e saldos em conta corrente bancária	1	1	1	1
Aplicações financeiras	337	77	337	103
Total	338	78	338	104

Tendo em vista a utilização imediata dos fundos de recursos da Companhia, as aplicações financeiras possuem características de aplicação de curtíssimo prazo diretamente em conta corrente no Banco Bradesco, com o objetivo de remunerar o saldo diário através do CDI – Certificados de Depósito Interbancário (aplicações automáticas realizadas pela instituição financeira). Por esta razão, foram considerados como equivalentes de caixa.



5 Coligadas e controladas

Os saldos classificados no ativo não circulante, na controladora em 2017, referem-se a adiantamentos para futuro aumento de capital nas SPEs, visando suportar as despesas administrativas e técnicas, rateadas entre as Companhias ligadas ao Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia. Estes recursos foram zerados na incorporação em 20 de dezembro de 2018.

	Controladora	
	31/12/2018	31/12/2017
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	-	8.055
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	-	7.439
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	-	7.446
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	-	7.497
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	-	7.433
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	-	7.498
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	-	7.435
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	-	7.448
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A.	-	7.430
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	-	7.432
	-	75.113

6 Investimentos

Referem-se a valores de participações em SPE's que fazem parte do Complexo Itaguaçu da Bahia, adquiridos como parte da integralização do capital subscrito, conforme aprovado na AGE de 05 de agosto 2015 das SPE's. A formação do Grupo Econômico se deu por meio da conversão das SPEs em subsidiárias integrais da IBER.

Considerando que a Companhia apresenta participação de 100% no capital de suas investidas e o respectivo patrimônio líquido em 31 de dezembro de 2018 estava negativo, foi registrado passivo a descoberto no montante de R\$ 789. Estes recursos foram zerados na incorporação em 21 de dezembro de 2018.

Investimentos	Investimento em 31/12/2017	Investimento em 31/12/2018	Passivo a descoberto em 31/12/2017	Incorporação	Passivo a descoberto em 31/12/2018
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia	-	-	214	(214)	-
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza	-	-	64	(64)	-
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena	-	-	63	(63)	-
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella	-	-	62	(62)	-
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera	-	-	61	(61)	-
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio	-	-	61	(61)	-
Geradora Eólica Ventos de São Bento	-	-	64	(64)	-
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo	-	-	76	(76)	-
Geradora Eólica Ventos de São João	-	-	61	(61)	-
Geradora Eólica Ventos de São Rafael	-	-	63	(63)	-
	-	-	789	(789)	-



7 Imobilizado

a. Reconhecimento e mensuração

Os itens do imobilizado são mensurados pelo custo histórico de aquisição, formação ou construção.

Em 20 de dezembro de 2018 foi feita a incorporação das geradoras na IBER.

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em operação				
Móveis e Utensílios	85	4	85	92
Em curso				
Seguro	327	-	327	267
Serviços de Terceiros	5.023	-	5.023	4.894
Máquinas e Equipamentos	14.386	-	14.386	14.386
(-) <i>Impairment</i> (c)	(13.665)	-	(13.665)	(13.665)
Total	6.156	4	6.156	5.974

Abaixo segue a movimentação líquida do imobilizado consolidado:

	Saldo em 31/12/2017	Incorporação	Depreciação	Reversão Provisão	Provisão p/ Perda	Saldo em 31/12/2018
Em Serviço						
Móveis e Utensílios	4	81	-	-	-	85
Em curso						
Seguro	-	327	-	-	-	327
Serviços de Terceiros	-	5.023	-	-	-	5.023
Máquinas e Equipamentos	-	14.386	-	-	-	14.386
(-) <i>Impairment</i>	-	(13.665)	-	-	-	(13.665)
Total	4	6.152	-	-	-	6.156

8 Intangível

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
Em serviço – Software	3	-	3	4
Em curso - Cessão de direitos (a)	74.422	-	74.422	74.144
Total	74.425	-	74.425	74.148

a. Cessão de direitos

Refere-se a custo de cessão e transferência de direitos relativos ao projeto de exploração do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, adquirido de Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A., conforme contrato de 10 de novembro de 2014, a ser amortizado pelo prazo de concessão, quando da entrada em operação do parque eólico. A atualização financeira estipulada em contrato está sendo capitalizada no intangível, até o início das operações dos parques eólicos.

Este montante foi incorporado em 21 de dezembro de 2018.

Abaixo segue a movimentação do intangível consolidado:

	Saldos em 31/12/2017	Adições	Amortização	Reversão Provisão	Saldos em 31/12/2018
Em Serviço					
Software	4	-	(1)	-	3
Em curso					
Cessão de direitos	74.144	278	-	-	74.422
	74.148	278	(1)	-	74.425

9 Fornecedores

	Controladora		Consolidado	
	31/12/2018	31/12/2017	31/12/2018	31/12/2017
M D Advogados	-	6	-	6
Telefônica Brasil S.A	-	12	-	12
Dressler Contabilidade Empresarial S/S - EPP	41	37	41	40
Bradesco Saúde S.A	22	-	22	-
Ambientare Soluções Ambientais Ltda	-	-	-	535
Fast Shop	-	5	-	5
Seli Serviços de Limpeza	-	-	-	-
Ney Alves de Carvalho Sobrinho	1	1	1	1
ALA VIRTUAL SOLUCOES INTERNET	-	2	-	2
ARAXA ASSIST TECN COM LTDA	-	1	-	1
MSTC Engenharia	-	16	-	16
NITS CLEAN COMERCIO DE MATERIAL DE LIMPEZA	5	-	5	-
Kinea Renda Imobiliária	42	42	42	42
Algar multimidia	3	-	3	-
Alta Performance	6	-	6	-
Rodrigo Tupinambá Pinheiro	-	5	-	5
Leite, Tosto e Barros Advogados Associados - ME	6	-	6	4
Outros	-	15	-	15
	126	142	126	684

10 Partes Relacionadas

- a) Referem-se aos aportes efetuados pelos acionistas para futuro aumento de capital. A integralização de capital aguarda autorização pela SEST, para conversão em ações e elevação do capital social. O quadro abaixo identifica as origens dos saldos:

Acionista	Valor Aportado	
	31/12/2018	31/12/2017
Furnas Centrais Elétricas S.A. (*)	-	72.677
Brasil Ventos Energia	76.038	-
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	3.104	2.972
	79.142	75.649



(*) Em 27 de abril de 2018, o Conselho de Administração de Furnas aprovou o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos, referente à transferência da participação societária de Furnas (49,00%) na sociedade denominada Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A. (IBER) para a BVE. O documento em comento foi celebrado em 04/06/2018.

- b) Os saldos classificados no passivo não circulante, no consolidado, sob o título Contrato de cessão de direitos, referem-se a valor a pagar pelas SPEs à Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. em decorrência do Termo de Cessão e Transferência de Direitos de Exploração do projeto do Parque Eólico Itaguaçu da Bahia, assinado em 10 de novembro de 2014, o qual é atualizado pela variação do CDI (Certificado de Depósito Interbancário).

	Controladora 31/12/2018			Consolidado 31/12/2018		
	Circulante	Não Circulante	Total	Circulante	Não Circulante	Total
Contrato de cessão de direitos	-	5.603	5.603	-	5.603	5.603

Este montante foi incorporado em 21 de dezembro de 2018.

11 Provisões

Provisões multa ANEEL

Provisão referente à multa pecuniária à Sociedade, por deliberação da Diretoria Colegiada da ANEEL, em razão da Revogação de Outorga ocorrida em 13/08/2018. O valor corresponde a 1% do investimento declarado à Empresa de Pesquisa Energética - EPE, quando da habilitação no Leilão de Geração nº 10/2013 das SPEs do Complexo Itaguaçu da Bahia, com 28.000kW de Potência instalada.

<u>Investimentos</u>	<u>Autorização</u>	<u>30/09/2018</u>
Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A.	EOL.CV.BA.031775-6.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A.	EOL.CV.BA.031794-2.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A.	EOL.CV.BA.031773-0.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A.	EOL.CV.BA.031797-7.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A.	EOL.CV.BA.031774-8.01	961
Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A.	EOL.CV.BA.031800-0.01	961
Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A.	EOL.CV.BA.031772-1.01	961
Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A.	EOL.CV.BA.031799-3.01	961
Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A.	EOL.CV.BA.031803-5.01	960
Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A.	EOL.CV.BA.031833-7.01	960
		<u>9.608</u>

Estes recursos foram transferidos na incorporação em 21 de dezembro de 2018.

12 Capital Social

Em 2 de julho de 2015, o capital social subscrito e integralizado está representado por 1.000 ações ordinárias nominativas, sem valor nominal. Cada ação ordinária dá direito a um voto nas deliberações das assembleias gerais da sociedade. Em 05 de agosto de 2015, conforme

AGE, foi aprovada a transferência de titularidade das ações das geradoras do Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia, que eram dos mesmos acionistas da IBER, para integralização de capital na própria IBER para formação do grupo econômico.

Conforme ata da Assembleia Geral de Constituição de Sociedade Anônima de 02/07/2015, foi aprovado o aumento de capital de R\$ 33.050 a ser integralizado com ações das dez SPEs que compõem o Complexo Itaguaçu da Bahia.

O capital social subscrito atual é de R\$ 27.137, do qual R\$ 24.753 foi integralizado com a incorporação de ações das investidas Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., entrando como base o valor contábil do patrimônio líquido das investidas na data base de 31 de dezembro de 2015, ajustado pelo resultado incorrido das investidas até 30 de novembro de 2015, considerando que o registro do capital na JUCERJA ocorreu em dezembro de 2015. Desta forma o capital a integralizar em 31 de dezembro de 2015 é de R\$ 2.384.

A documentação do citado ato societário aprovada pela JUCERJA em 03 de dezembro de 2015, e foi re-ratificada junto à JUCERJA em abril de 2016, para ajustes da integralização do capital com o patrimônio das investidas em 30 de novembro de 2015, e consequente re-ratificação dos registros dos boletins de subscrição e transcrição em definitivo, após registro, no Livro de Registro de Ações da Companhia. Tal re-ratificação encontra-se registrada na JUCERJA.

A composição acionária, com base no capital integralizado em 31 de dezembro de 2018, está demonstrada a seguir:

Capital Social	Quantidade de ações	Participação %
Brasil Ventos Energia S.A.	26.594.338	98,00
Salus Fundo de Investimentos e Participações	-	-
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	542.742	2,00
	27.137.130	100,00

O Capital a Integralizar foi registrado mediante ao Patrimônio Líquido do Balanço de 30 de novembro de 2015 e em 31 de dezembro de 2018, está demonstrada a seguir:

(-) Capital a Integralizar	Quantidade de ações	Participação %
Brasil Ventos Energia S.A.	(2.336.980)	98,00
Salus Fundo de Investimentos e Participações	-	-
Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A.	(47.693)	2,00
	(2.384.673)	100,00

Em 27 de abril de 2018, pela ata de Reunião do Conselho de Administração foi aprovado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos, referente à participação societária de Furnas (49,00%) na sociedade denominada Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A. (IBER).



O registro da transferência ocorreu com data de 04 de junho de 2018, pela assinatura do contrato de cessão não onerosa das ações conforme valores constantes do laudo de avaliação da Companhia, base março de 2018.

Em 21 de dezembro de 2018, pela ata de Reunião do Conselho de Administração foi aprovado o contrato de cessão não onerosa das ações de Furnas para a Brasil Ventos, referente à participação societária de Furnas adquirida do FIP SALUS (49,00%) na sociedade denominada Itaguaçu da Bahia Energia Renováveis S.A. (IBER).

13 Incorporação

Foi deliberado a incorporação das SPEs Geradora Eólica Itaguaçu da Bahia SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santo Antônio SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Bento SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Cirilo SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São João SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de São Rafael SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Luiza SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Madalena SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Marcella SPE S.A., Geradora Eólica Ventos de Santa Vera SPE S.A., na IBER, conforme AGE de 21 de dezembro de 2018 .

Conforme balanço de incorporação:

	<u>21/12/2018</u>
Ativo	
Circulante	
Caixa e equivalentes de caixa	28
Tributos a compensar	38
	<u>66</u>
Não circulante	
Imobilizado	6.152
Intangível	74.425
	<u>80.577</u>
Total do Ativo	<u><u>80.643</u></u>
Passivo	
Circulante	
Fornecedores	9
Tributos	5
Outros	14
	<u>28</u>
Não circulante	
Adiantamento para futuro aumento de capital	75.992
Contrato de cessão de direitos	5.603
Outros (Provisão Ambiental e ressarcimento ANEEL)	9.608
	<u>91.203</u>
Patrimônio líquido (Passivo a Descoberto)	
Capital social	27.136
Prejuízo acumulado	(27.925)
Prejuízo do exercício	(9.799)
Total do patrimônio líquido	<u><u>(10.588)</u></u>
Total do Passivo e Patrimônio Líquido	<u><u>80.643</u></u>



14 Despesas operacionais

As despesas operacionais referem-se à gestão administrativo-financeira e técnica da Companhia e suas investidas.

15 Instrumentos financeiros

Os valores contábeis dos instrumentos financeiros, ativo caixa e equivalentes de caixa e passivo – fornecedores são equivalentes em 31 de dezembro de 2018.

a) Operações com derivativos

A Companhia não possui operações com derivativos em 31 de dezembro de 2018, nem operou com derivativos no exercício. No entanto, caso haja utilização, poderá ser considerada com a finalidade de evitar exposições a riscos.

b) Gestão de Capital

A Companhia obtém recursos diretamente por aportes realizados por seus acionistas, destinando-se principalmente ao seu programa de investimentos nos empreendimentos de geração eólica e à administração de seu caixa para capital de giro e compromissos financeiros.

c) Gestão de Risco

No exercício de suas atividades, construção, operação e manutenção do Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia, a Companhia é impactada por eventos de riscos que podem comprometer os seus objetivos estratégicos. O gerenciamento de riscos tem como principal objetivo antecipar e minimizar os efeitos adversos de tais eventos nos negócios e resultados econômico-financeiros da Companhia.

Para a gestão de riscos financeiros, a Empresa definiu políticas e estratégias operacionais e financeiras, aprovadas por comitês internos e pela Administração, que visam conferir liquidez, segurança e rentabilidade a seus ativos e garantindo a execução das obras de implantação do Complexo Eólico.

Os principais riscos operacionais e financeiros identificados no processo de gerenciamento de riscos são:

- **Risco do fornecimento de aerogeradores**

É o principal item do imobilizado e corresponde a aproximadamente 80% do total do investimento. O risco associado seria a impossibilidade de realizar a montagem dos aerogeradores em tempo hábil para atender os contratos do CCEAR. A ação para mitigar este risco é a contratação dos aerogeradores em tempo hábil através de processo licitatório. A indisponibilidade do aerogerador impacta diretamente no início das atividades de *micrositing*, projeto básico e executivo e licenciamento ambiental, gerando atraso na entrada da operação comercial.

Outro risco associado aos aerogeradores seria o risco de financiamento. Este é um risco que retrata a situação de contratação de financiamento de curto e longo prazos junto a instituições financeiras de fomento em linhas de crédito aplicáveis a obras de infraestrutura. Para mitigar este risco a Companhia pretende adiantar todo o processo de financiamento de curto e longo prazos assim que os aerogeradores forem definidos.

- **Risco de construção do parque e gestão da obra**

O risco associado é o de performance e entrega. É um risco referente à contratação de fornecedores com experiência comprovada, seguros de risco de engenharia, transporte e responsabilidade civil para mitigar possíveis perdas, além de incluir nos contratos cláusulas de responsabilidade e penalidades por descumprimento. Os objetivos são os de evitar o incremento de valor do investimento, indisponibilidade e atraso nas obras civis.

- **Risco de operação e manutenção**

Este risco trata do O&M do Complexo Eólico e está associado à necessidade de contratação de seguros de operação para cobertura de eventos classificados como força maior, guerra e greve, ações climáticas entre outras situações onde a gestão da Companhia não tenha ação por sua conta. A contratação de seguros especializados é para evitar perdas financeiras.

- **Risco de obsolescência da tecnologia dos equipamentos**

A tecnologia do setor elétrico é muito antiga. Os conceitos de engenharia de linhas de transmissão e subestações pouco mudaram nas últimas décadas. Entretanto a fonte de energia do Complexo, o vento, propõe uma tecnologia mais avançada e que vem ao longo do tempo ganhando em performance e capacidade. A escolha do fornecedor de aerogeradores se dá não só pelo critério de preço, mas também pelo critério de tecnologia utilizada que deverá estar sob domínio total no mercado, ou seja, que não seja antiquada e que não seja a última versão. Com esta visão a Administração espera buscar fabricantes de peças de reposição, manter estoques de equipamentos e peças de uso crítico, dentro de um padrão tecnológico padronizado no mercado. A sua mitigação é necessária para evitar a indisponibilidade de equipamentos e aerogeradores, como também sua obsolescência, influenciando diretamente na geração de energia e no caixa da Companhia.

- **Risco cambial e de descasamento de índices financeiros**

Este é risco sempre presente em qualquer tipo de negócio. A Administração acredita que deve celebrar contratos sempre reajustados pelo mesmo índice de reajuste das receitas, no caso o IPCA, e também, dar preferência para aquisições de equipamentos nacionais ou nacionalizados que tenham pouca ou nenhuma interferência de índices cambiais. A Companhia irá mitigá-lo para evitar o descasamento das variáveis financeiras da receita em contrapartida do

investimento, custos e despesas, evitando exposições financeiras a variáveis macroeconômicas.

- **Risco ambiental**

É um risco que pretende ser mitigado evitando o atraso no licenciamento de todo o Complexo Eólico e que para tal, necessitará de gestão estratégica de acompanhamento técnico junto aos órgãos ambientais e gerenciamento de condicionantes ao licenciamento.

- **Risco de regularização fundiária**

O risco fundiário consiste nos possíveis problemas de falta de liberação das faixas de servidão de passagem para a linha de transmissão do Complexo Eólico, ajuizamento de desapropriações de terrenos a serem utilizados na obra, riscos estes que aumentam os custos de indenização fundiária. A Companhia pretende mitigar estes riscos com a contratação de empresa especializada em negociar desapropriações, readequação do traçado de linhas de transmissão, criando alternativas economicamente viáveis, e principalmente pleitear junto à ANEEL a Declaração de Utilidade Pública das obras do Complexo Eólico.

- **Risco de falta de conexão ao SIN – Sistema Integrado Nacional**

A subestação de conexão ao SIN que o Complexo Eólico utilizará ainda não está construída e foi objeto do Leilão 007/2014 – Lote A, quase um ano depois do Leilão que deu origem ao Complexo Eólico de Itaguaçu da Bahia. A Administração pleiteou e conseguiu junto à ANEEL a concatenação de prazos entre o fornecimento da energia do Complexo com a entrada em operação da subestação Gentio do Ouro. A Companhia vem fazendo a gestão de relacionamento com os agentes reguladores e com a empresa vencedora do Lote A do Leilão citado acima para verificar o andamento das obras e evitar possíveis perdas financeiras.

16 Compromissos assumidos

A Companhia possui os seguintes principais compromissos assumidos:

- a) Em 10 de novembro de 2014, a Companhia e a Casa dos Ventos Energias Renováveis S.A. firmaram Contrato de Cessão de Direitos decorrentes do Contrato de Arrendamento do imóvel onde será desenvolvido o Complexo Eólico Itaguaçu da Bahia. Esse contrato tem vigência de 35 anos, renovado automaticamente por exercício sucessivo de 10 anos. As partes ainda poderão fazer uma nova prorrogação para mais 25 anos adicionais com novas condições financeiras a serem negociadas.

No exercício pré-operacional será pago o montante de R\$ 60 mil anualmente, tendo a primeira parcela paga em outubro de 2015. No exercício operacional este contrato será remunerado pelo equivalente a 1,5% da receita bruta proporcional, deduzindo impostos,

taxas e contribuições, sendo divididos pelo número total de aerogeradores da Usina e multiplicados pelo número de aerogeradores efetivamente instalados no terreno arrendado.

- b) Em 17 de dezembro de 2014, as Sociedades do Complexo Itaguaçu assinaram os Contratos de Comercialização de Energia no Ambiente Regulado – CCEAR, cujo compromisso de entrega da energia inicia-se em maio de 2018, podendo ser antecipado para janeiro de 2018, de acordo com o Edital ANEEL 010/2013, conforme previsão do Plano de Negócios das Sociedades, devidamente aprovado pelos Acionistas.
- c) Em 08/05/2017, com a homologação da adesão ao mecanismo de descontração - MCS D Energia Nova A4+, por meio de Comunicado CCEE nº 287/17, os empreendimentos tiveram êxito no Mecanismo com 100% de sua energia descontraçada.


José Luiz Oliveira de Aguiar
Diretor Administrativo - Financeiro

Marcus Vinicius do Nascimento
Diretor Técnico



Contadora: Maria Inês Dressler
CRC: RS-049754/O-4T-SC

